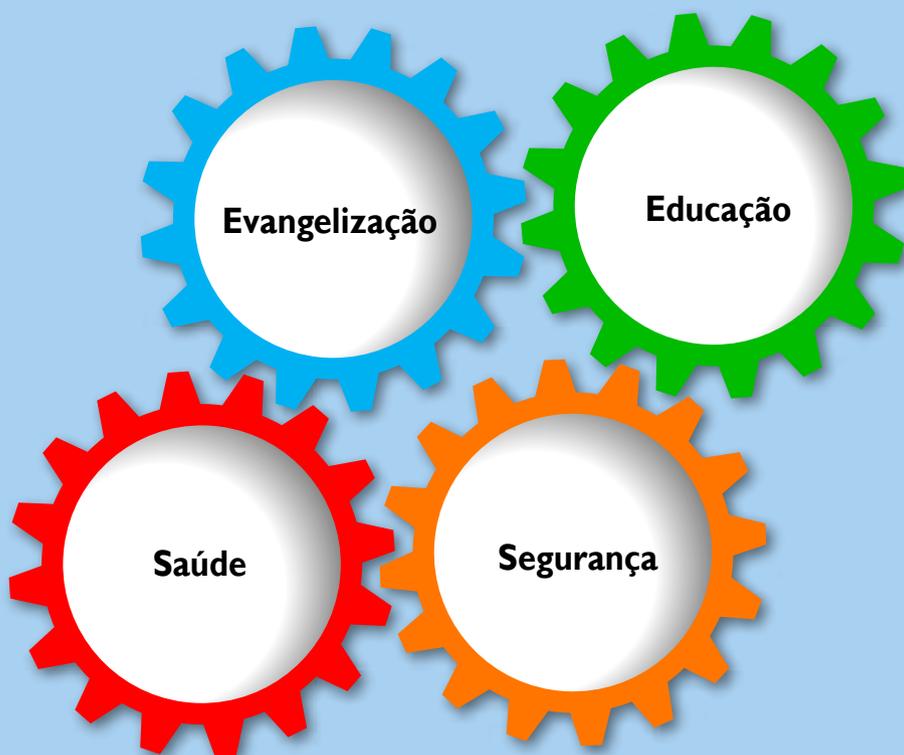


Reginaldo Sérgio Balduino de Melo

A IGREJA E A SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍTICAS PÚBLICAS COMPARADAS



EDITORA RECANTO DAS LETRAS

Dedico este livro:

“O ensino, como a justiça, como a administração, prospera e vive muito mais realmente da verdade e moralidade, com que se pratica, do que das grandes inovações e belas reformas que se lhe consagram.” *Plataforma, 1910.*



Rui Barbosa

Reginaldo Sérgio Balduino de Melo

**A Igreja e a Segurança Pública
Políticas Públicas Comparadas**

1ª edição

SOROCABA
EDITORA RECANTO DAS LETRAS
2018

© **Reginaldo Sérgio Balduino de Melo**

Editora Executiva: Cássia Oliveira

Projeto gráfico e Diagramação: Denes Miranda

Impressão e Acabamento: Forma Certa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Andreia de Almeida CRB-8/7889

Melo, Reginaldo Sérgio Balduino de

A igreja e a segurança pública : políticas públicas comparadas / Reginaldo Sérgio Balduino de Melo. -- Sorocaba : Recanto das Letras, 2018.

108 p.

ISBN: 978-85-69943-85-3

1. Segurança pública – Igrejas 2. Política pública - Igrejas 3. Igrejas – Administração I. Título

18-0687

CDD 363.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança pública: Igrejas - Administração

EDITORA RECANTO DAS LETRAS

www.recantodasletras.com.br/editora

editora@recantodasletras.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita do autor.

“O sogro de Moisés, porém, lhe disse: Não é bom o que fazes. Totalmente desfalecerás, assim tu como este povo que está contigo; porque este negócio é mui difícil para ti; tu só não o podes fazer.

Ouve agora a minha voz; eu te aconselharei, e Deus será contigo. Sê tu pelo povo diante de Deus e leva tu as coisas a Deus; e declara-lhes os estatutos e as leis e faze-lhes saber o caminho em que devem andar e a obra que devem fazer.

E tu, dentre todo o povo, procura homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza; e põe-nos sobre eles por maiores de mil, maiores de cem, maiores de cinquenta e maiores de dez; para que julguem este povo em todo o tempo, e seja que todo negócio grave tragam a ti, mas todo negócio pequeno eles o julguem; assim, a ti mesmo te aliviarás da carga, e eles a levarão contigo.

Se isto fizeres, e Deus to mandar, poderás, então, subsistir; assim também todo este povo em paz virá ao seu lugar.”

Êxodo 18: 17-23

SUMÁRIO

| | |
|----------------------|----|
| PREFÁCIO | 9 |
| AGRADECIMENTOS | 12 |
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| METODOLOGIA | 17 |
| INTRODUÇÃO | 20 |

Capítulo I

| | |
|---|----|
| Administração Pública, conceitos e normas | 23 |
|---|----|

Capítulo II

| | |
|--|----|
| Política de Segurança Pública e Política Pública de Segurança | 36 |
|--|----|

Capítulo III

| | |
|--------------------------------------|----|
| A Igreja e a Segurança Pública | 44 |
|--------------------------------------|----|

Capítulo IV

| | |
|---|----|
| Histórico da IEADERN ⁴ | 54 |
|---|----|

Capítulo V

Segurança Pública em Números 68

Capítulo VI

Novo Nascimento (Antes Cristo – Depois de Cristo) 77

CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

SOBRE O AUTOR 91

REFERÊNCIAS 94

SITES PESQUISADOS 97

A Igreja e a Segurança Pública
Políticas Públicas Comparadas

I^a edição

PREFÁCIO

O paralelismo apresentado nesta obra é de suma importância, uma vez que o autor mostra sinoticamente, mas com lisura, nitidez, transparência e tirocínio, dois poderes distintos, porém necessários ao ser humano. O primeiro de cunho material e humano, ou seja: A segurança e seu sistema prisional; o segundo, de âmbito espiritual e divino, isto é, a Igreja de Jesus no cumprimento da sementeira do seu Evangelho.

Não me lembro de ter visto ou ouvido algo semelhante, deste modo, podemos dizer: coisa inédita. Por isso, afirmo que ninguém nunca falou com tanta propriedade num assunto de supra relevância, como o autor que expõe este; com muita clarividência, tem mostrado os direitos e deveres de cada um desses poderes para com os seres humanos.

Os fatos e os assuntos desta obra não poderiam ser melhor narrados por ninguém que não nosso autor, uma vez que ele teve melhor oportunidade de adquirir conhecimentos e participar da maioria dos fatos que o impulsionaram a escrever, pois o mesmo, ou seja: Reginaldo Sérgio Balduino de Melo, é graduado em Gestão Pública com pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas, possuindo assim capacidade e autoridade a falar e permear sobre tal assunto. Ademais, é Funcionário Público Estadual, lotado no ITEP - Instituto Técnico Científico de Perícia do Rio Grande do

Norte, e como Gerente de Operação no CIOSP – Centro Integrado de Operações de Segurança Pública.

Conheço o autor mais de perto desde o ano de 2004, quando trabalhava como detetive particular. Em que pese, era seu sonho trazer a baila este assunto em forma de livro para o conhecimento de todos, especialmente dos gestores e administradores públicos, das autoridades civis, militares, políticas, religiosas, etc., enfim, a todos os seguimentos sociais e de todas as esferas. Assim sendo, com muito esmero, concretizou seu sonho; e o fez colocando sua convicção irretocável e seus escritos fidedignos nas mãos da sociedade.

Sem olvidar, como um bom cristão que é, e como cidadão cumpridor de seus deveres, o seu desejo é mostrar e alçar também o valor do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, no que tange ao alvo a ser alcançado através da Palavra imperativa do Senhor, quando disse: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28;19^a). Isso tem sido o seu ideal, uma vez que Jesus disse: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.” (Jo 8;32). Pena que muitos têm subestimado ou menosprezado o efeito positivo do novo nascimento (espiritualmente falando).

Os poderes públicos Estadual, Municipal, Federal, Político, Judiciário, dentre outros, com seus poderes aquisitivos, coercitivos e discricionários, vêm lutando substancialmente, para debelar, equacionar a sociedade e seus desmandos e atrocidades. No entanto, de balde tem sido o empenho empregado, e isso tem levado a nação a gastos avultados, também tornando os estudos científicos desiludidos por não obterem êxitos em suas investidas contra o mal.

A cada dia, vem aumentando o número de prisioneiros encerrados nas cadeias públicas, nos presídios e detenções, deixando as autoridades responsáveis pela segurança do nosso país, sem saberem como contornarem o problema. Daí vem à tona o estudo em apreço, que segue com uma pergunta que não pode calar: Quanto custa um desses prisioneiros para o Estado? Responde o autor neste livro a quem possa interessar. E como é obvio que o Evangelho tem transformado homens e mulheres de vidas desregradas, trabalhadores, em cidadãos de bem; segue novamente outra pergunta; quanto paga o Estado por cada vida transformada através do poder do Evangelho?

Destarte, ler este livro com calma e avidez é, sem dúvida, sair da escuridão da ignorância, no que tange a este binômio apresentado pelo autor, Estado/Igreja. O assunto lastreado pelo irmão Balduíno nesta obra coloca com muita transparência os direitos e deveres do Estado para com o público, bem como o trabalho eficaz da Igreja ordenado pelo Mestre dos Mestres para com um mundo materialista que marcha voraz e desordenadamente para o abismo.

Edson Oliveira dos Santos

Pastor-Presidente da Assembléia de Deus em Extremoz

Supervisor do Campo Eclesiástico na jurisdição de Extremoz

Advogado militante

Licenciado em Letras e Artes pela UERN

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, Criador do universo, e a nosso Senhor Jesus Cristo, que por seu infinito amor e graça me capacitou e proporcionou as condições necessárias para realizar este sonho.

Ao meu amigo e irmão Ivenio Hermes, que com sua expertise muito contribuiu para as reflexões deste livro. Ao meu chefe imediato no CIOSP (Centro Integrado de Operações de Segurança Pública), Cel. PM Macedo, que me encaminhou a experiência necessária para pensar, agir e escrever sobre segurança pública.

À professora Sulamita Oliveira de Macedo pelo apoio na construção desta obra, especialmente por sugerir a criação do capítulo seis.

Aos meus pastores, Pr. Martim Alves, presidente da IEA-DERN (Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Rio Grande do Norte), Pr. Edson Oliveira, presidente do campo de Extremoz, e a todos os colegas que direta e indiretamente contribuíram com informações relevantes para esta obra.

Por fim, aos meus filhos Thacyana, Henrique, Tatyana e Rebeca, e a minha querida esposa Michelly Rose pelo apoio e amor necessários para me tornar o que sou.

APRESENTAÇÃO

Esta obra não tem nenhuma pretensão de fundir ou confundir Igreja e Estado - tão pouco de esgotar o assunto. Ambos têm funções e atribuições específicas com finalidades diferentes, mas caminham paralelamente numa linha tênue com foco em eficiência e efetividade. Ainda assim, em suas ações e competências, deixam transparecer similaridades.

Ao Estado cabe gerir ou administrar os bens públicos para o público, buscando sempre o bem comum e fulcrando-se num robusto ordenamento jurídico; a Igreja, de igual modo, também administra os bens do seu público, sempre buscando o bem-estar de sua membresia e é, como tal, também amparada por ordenamento jurídico, teológico e/ou eclesiástico.

Ao Estado compete garantir os direitos sociais com base na Constituição Federal, mais precisamente no Caput do art. 6º da Constituição Federal/88, assim como outras obrigações nela prescritas; já a Igreja, com base na Constituição Celestial (Bíblia Sagrada), busca garantir não só o social como também, e principalmente, o espiritual. (Tg 1:27; Mt 6:33)

A diferença fundamental entre os dois entes é que um é exclusivamente sociopolítico, sistêmico, laico, enquanto o outro, visto também como organismo, é estritamente espiritual, abrangendo também o social; um caminha apenas na horizontal, o

outro na horizontal e vertical, formando um ângulo reto; um é profano, o outro é sacro; um tem governo transitório, falível, o outro tem governo eterno e infalível, embora no plano material seja administrado por homens, portanto também falíveis. “E dizia-lhes: Vós sois de baixo, eu sou de cima; vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo.” (Jo 8:23)

O Estado tem por competência, entre outras, garantir os direitos sociais, como educação, saúde, segurança, moradia, trabalho, lazer, etc. (Art.6º, CF/88), fundamentais para a sobrevivência e bem-estar social. Entretanto, tem encontrado enorme dificuldade e/ou desafios na efetividade e eficiência em suas ações.

Frequentemente é vista na mídia e redes sociais a indignação da população em relação à má qualidade dos serviços prestados ou falta destes no âmbito da administração pública. Outro problema gravíssimo é a falta de transparência, principalmente quando se trata de gasto do dinheiro público, de modo que praticamente não existe o que os teóricos chamam de “accountability”, definida da seguinte forma pela enciclopédia livre Wikipédia:

“**Accountability** é um termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como **responsabilidade com ética** e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de **prestar contas** a instâncias controladoras ou a seus representados”.

O Brasil passa por sérias dificuldades na educação, saúde e segurança, além de uma crise moral, política e espiritual jamais vista. Em consequência e/ou por causa disso, amarga uma ins-

tabilidade política e econômica grave, que não apenas assusta a população brasileira como também promove um sentimento de desconfiança em seus representantes.

Diante desta situação, fomenta-se o interesse empreendedor oportunista, a especulação financeira e a ganância pelo poder. Muitos desses serviços passam a ser terceirizados, ou seja, com fins lucrativos, e a população acaba pagando ou contribuindo duas vezes mais pelo mesmo serviço, algumas vezes de má qualidade ou incompleto.

Dentre desses serviços ou direitos sociais e fundamentais, quero destacar a segurança pública como tema recorrente e angustiante, e discorrer um pouco sobre a situação em que se encontra o Rio Grande do Norte, também retratando, pelo menos de forma sintética, o cenário nacional. O propósito desta abordagem sinótica servirá para subsidiar o tema central que vem a ser o papel desempenhado pela Igreja, e como as suas ações repercutem na segurança pública.

É oportuno dizer que, quando se fala de segurança pública, é muito comum e lógico pensar logo nas ações desenvolvidas por órgãos policiais. No Brasil, construiu-se a ideia de que segurança pública é o braço armado do Estado e só é adquirida através deste, ou seja, com políticas de repressão e de encarceramento - ledão engano, não que essa não seja necessária.

Esta obra, porém, apresenta uma alternativa de custo menor e indispensável para o controle da violência, além da forma pela qual a Igreja (cristianismo) é inserida neste contexto, e qual a sua relevância na redução da criminalidade. É, na verdade, uma situação que tem inspirado escritores e cientistas forenses, soció-

logos, entre outros, a estudar o fenômeno da violência humana, sua endemização e o mais alto grau de estágio, o CVLI (Crime Violento Letal e Intencional).

METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma metodologia hermenêutica e qualitativa, sendo constituída em ensaio teórico por técnica bibliográfica, doutrinária e documental. Apresenta uma pesquisa quantitativa que objetiva analisar como e quanto, ainda que de forma estimada, a Igreja Cristã ou o cristianismo tem contribuído com a ordem, o erário público e a sociedade, oferecendo um modelo de conduta pacífica e de sobrevivência harmônica entre seus pares.

A opção da pesquisa por amostragem entre os membros e congregados se deu pela dificuldade na captura de dados, tendo em vista que as instituições religiosas ainda não trabalham com estatísticas de perfil de seu público. Ademais, foram necessárias pesquisas de opinião e entrevistas, realizadas com algumas autoridades civis, militares e eclesiásticas do Estado Potiguar, como também de egressos do sistema prisional. A estrutura do trabalho está dividida em seis capítulos, além da introdução e conclusão. Os dados analisados de violência foram coletados por fonte secundária em relatórios produzidos por instituições de elevada respeitabilidade administrativa.

O primeiro capítulo trata de forma sucinta da doutrina, conceitos e normas que definem a Administração Pública, Administração Eclesiástica e, conseqüentemente, o conceito de política pública e suas finalidades.

No segundo, apresento um resumo da teorização de Política de Segurança Pública e Política Pública de Segurança; e dados estatísticos da Segurança Pública relativos ao CVLI e à população carcerária no Rio Grande do Norte.

No terceiro capítulo, faço uma abordagem sintética sobre a Igreja, sem a intenção de mergulhar nas águas profundas e cristalinas da teologia, mas fazendo sempre um paralelo com a administração pública no que diz respeito à aplicabilidade de suas ações ou governança corporativa para o tema em foco, assim como a cumplicidade entre estas. O quarto é um resumo histórico da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Rio Grande do Norte (IEADERN).

O quinto capítulo apresenta um quadro analítico entre custos operacionais estimados em segurança pública, mais precisamente no sistema prisional, fazendo um link comparativo de custo/benefício das ações da Igreja em relação à segurança pública.

Por fim, o capítulo seis apresenta imagens, projetos e testemunhos de vidas alcançadas e transformadas (regeneração/ressocialização).

É imprescindível que o leitor se mantenha numa visão acadêmica, epistemológica, despido das emoções e vaidades humanas e partidárias a fim de alcançar o objetivo central desta obra: esclarecer, refletir e engajá-lo nessa responsabilidade que, segundo a Constituição Federal/88, é de todos (art. 144, CF/88, CAPUT).

Do mesmo modo, é dever cristão ser um pacificador, o que não significa ser omissivo, mas sim um agente público do reino celestial, proativo, operacional, incansável, para buscar e resgatar vidas que se encontram na marginalidade e vulnerabilidade social e espiritual.

Cabe também a este gerar e criar filhos de acordo com os padrões morais estabelecidos na Constituição Celestial (Pv 22:6; Gl 6:16; Fp 3:16), política de prevenção, a fim de que se tornem cidadãos úteis à sociedade e ao Reino Celestial. Assim sendo, não encontrará dificuldade em obedecer à Constituição Federal.

Esta obra também traz como finalidade homenagear particularmente a Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Rio Grande do Norte (IEADERN), que completou, em maio de 2018, um século da fundação de suas atividades nas terras de Poti. Dito isso, reconhecemos o honroso trabalho realizado pelos demais seguimentos cristãos que, de igual modo, somam esforços no resgate e ressocialização de vidas, num pleno exercício de obediência a Deus, de cidadania e de espírito público.

A dualidade e similaridade no tema “administração” está presente, tanto nos conceitos como na doutrina; Gestão Pública e Gestão Eclesiástica, fundamentado num seletor referencial teórico e em autores renomados.

INTRODUÇÃO

Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz. (1Pe 2:9)

IGREJA

Para uma boa compreensão, é necessário iniciarmos identificando o real significado da palavra “igreja”. Segundo a 1ª edição do Novo Dicionário Aurélio (1975), o termo “igreja” deriva da palavra de origem grega “ekklésia”, que significa “Assembléia”. No latim, significa templo cristão, comunidade dos cristãos, o conjunto dos fiéis ligados pela mesma fé e sujeitos aos mesmos chefes espirituais.

Para Orlando Boyer (1966), é a comunidade que, nas Escrituras, reconhece o Senhor Jesus Cristo como Supremo Legislador. Nemuel Kessler e Samuel Câmara (1987) afirmam:

O termo deriva-se de uma palavra que significa chamados para fora, sendo usada para indicar um grupo chamado de dentro de um ajuntamento maior e mais geral. Nas cidades livres dos gregos, o termo

designava um grupo de pessoas dotadas de privilégio de cidadania, incumbido de certas funções públicas administrativas importantes, convocado, ou chamado para fora, dentre a massa comum do povo.¹

Esequias Soares afirma:

É toda congregação ou Assembléia que se reúne em torno do nome de Jesus Cristo como Senhor e Salvador, professando sua fé n'Ele publicamente e de forma diversificada, aberta a todas as pessoas [...].²

Portanto, podemos perceber que os autores citados comungam do mesmo entendimento, no sentido de que esse é um substantivo de cunho religioso que define o grupo que professa a mesma fé em Jesus Cristo - sendo também chamados de “cristãos” -, e o tem como Líder Supremo, reunindo-se em nome d'Ele de forma aberta, organizada, e transparente para adorá-lo e servi-lo.

Este grupo, ao longo dos anos, organizou-se como pessoa jurídica, tornando-se uma instituição religiosa sem fins lucrativos de acordo com as leis vigentes de cada nação. As ações da Igreja, seu modo de vida, e suas leis são tão contundentes que chegam a influenciar ou até mesmo alterar a cultura de um povo, de uma cidade ou de uma nação.

Uma das características marcantes da Igreja que justifica o tema deste livro é que essa constitui um povo definitivamente pacificador, com sua fé fundamentada no amor ao Deus Criador do Universo, ao seu filho Jesus, e ao seu semelhante como a si mesmo (Mt 22:37-39). A humildade, solidariedade, filantropia,

¹(Administração Eclesiástica, 1987, p.23).

²(Lições Bíblicas, 3º trimestre, 2017, CPAD, p.38).

fraternidade e compaixão são algumas das virtudes encontradas no cristão genuíno. No terceiro capítulo, dissertarei um pouco mais sobre a Igreja.

Capítulo I

Administração Pública, conceitos e normas.

Antes de iniciarmos nossa teorização, é oportuno contextualizar um pouco sobre a cultura brasileira, quiçá nordestina, quanto ao tema deste capítulo e que norteia todo livro.

Para tanto, parafraseio um comentário de Bächtold (2008) em que o autor assegura não haver interesse em atacar ou defender Governo algum, e sim descortinar pela ciência o real propósito da instituição que lida com os interesses da coletividade.

Atualmente, são comuns os inúmeros casos de desvio de dinheiro público e o mau uso deste. A mídia publiciza isso por todos os meios de comunicação. Os cargos públicos são utilizados muitas vezes para atender interesses particulares, apesar do conhecimento de que tais recursos são advindos da contribuição tributária da população.

O autor afirma que se você é indiferente a estas falcatruas, passa a ideia que a corrupção está enraizada em nossa cultura, comprometendo nossa reputação no exterior. Por culpa disso, a figura do político é vista de forma pejorativa.

É preciso um maior envolvimento da população e, principalmente, mais pessoas honestas no processo eleitoral, pois se os bons não se incomodam, certamente serão governadas e incomodadas pelos maus.

“O ensino, como a justiça, como a administração, prospera e vive muito mais realmente da verdade e moralidade, com que se pratica, do que das grandes inovações e belas reformas que se lhe consagram.” Plataforma, 1910.

Rui Barbosa

EDITORA RECANTO DAS LETRAS

